

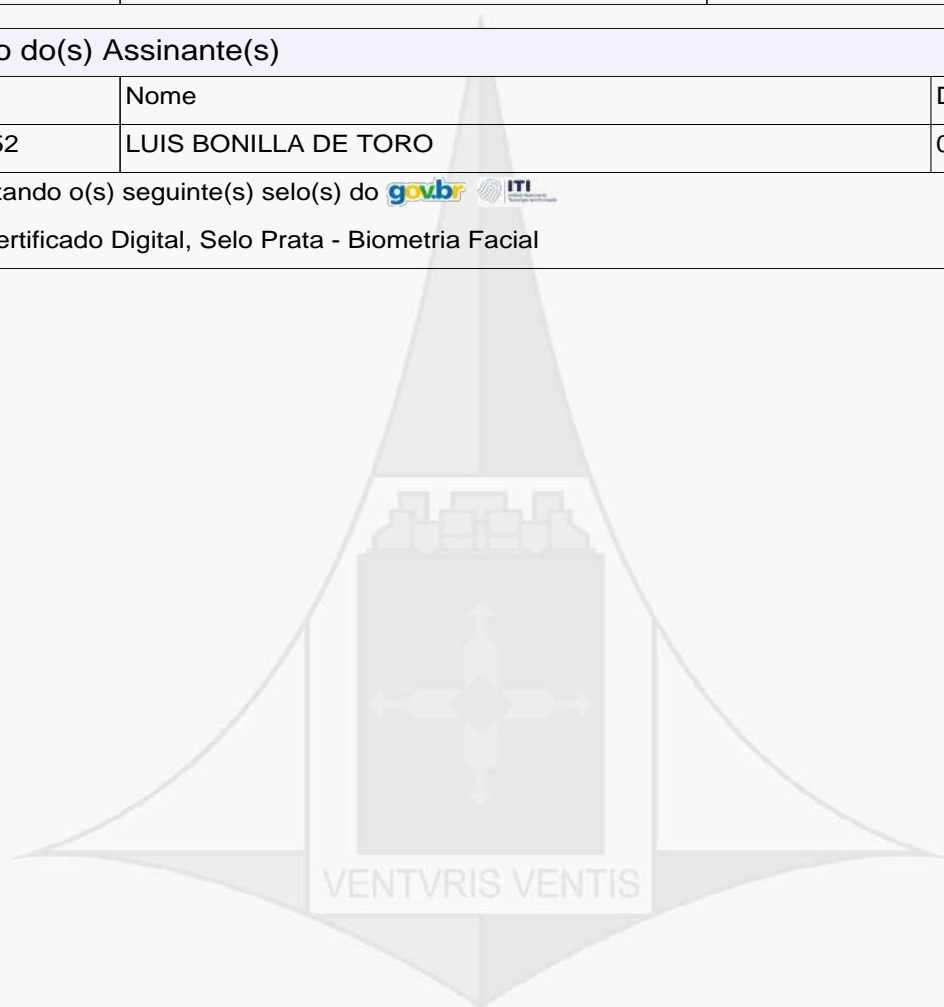
JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO
DISTRITO FEDERAL

Registro Digital

Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
22/104.846-4	DFN2296780095	30/08/2022

Identificação do(s) Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
238.533.508-52	LUIS BONILLA DE TORO	05/09/2022
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do  		
Selo Ouro - Certificado Digital, Selo Prata - Biometria Facial		



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal

Certifico registro sob o nº 1891827 em 05/09/2022 da Empresa MODULO CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA, CNPJ 05926726000173 e protocolo DFN2296780095 - 31/08/2022. Autenticação: 4681F9685FB61F6BDCEB6D1838D3F951265285. Maxmiliam Patriota Carneiro - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucis.df.gov.br> e informe nº do protocolo 22/104.846-4 e o código de segurança PcSI. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 05/09/2022 por Maxmiliam Patriota Carneiro Secretário-Geral.

INSTRUMENTO PARTICULAR DA TRIGÉSIMA QUINTA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA MÓDULO CONSULTORIA E GERÊNCIA PREDIAL LTDA.

CNPJ/MF nº 05.926.726/0001-73

NIRE 53.201.215.539

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, a parte abaixo:

AMG PARTICIPAÇÕES S.A., sociedade por ações, com sede no Setor de Armazenagem e Abastecimento Norte - SAAN, Quadra 02, nº 980, Parte D, Asa Norte, Brasília, Distrito Federal, CEP 70.632-200, inscrita no CNPJ nº 13.051.600/0001-20, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Distrito Federal sob o NIRE 53.300.014.744, em sessão de 08.04.2013, neste ato representada na forma do seu estatuto social por **Luis Bonilla de Toro**, espanhol, engenheiro, solteiro, nascido em 04/04/1985, portador da Carteira de Identidade de Estrangeiro - RNE sob o nº G252192-5, inscrito no CPF/MF sob o nº 238.533.508-52, com endereço comercial no Setor de Armazenagem e Abastecimento Norte - SAAN, Quadra 02, nº 980, Setor D, Asa Norte, CEP: 70.632-200, Brasília, Distrito Federal; e

única sócia representando a totalidade do capital social da **MÓDULO CONSULTORIA E GERÊNCIA PREDIAL LTDA.**, sociedade limitada, inscrita no CNPJ sob o nº 05.926.726/0001-73, com sede no Setor de Armazenagem e Abastecimento Norte - SAAN, Quadra 2, nº 980, Parte B, SAA, CEP 70.632-200, Brasília, Distrito Federal, inscrita no CNPJ sob o nº 05.926.726/0001-73, com seus atos constitutivos registrados na Junta Comercial do Distrito Federal ("JCISDF") sob NIRE 53.201.215.539 em sessão de 29.09.2003 ("Sociedade"),

têm entre si justo e acordado alterar e consolidar o Contrato Social da Sociedade, nos termos do art. 1.072, parágrafo 3º, da Lei nº 10.406/02, de acordo com os seguintes termos e condições:

I. DA REDUÇÃO DE CAPITAL SOCIAL

1.1. Tendo em vista as deliberações tomadas na Reunião de Sócios da Sociedade realizada em 02 de maio de 2022 (a "Ata de Reunião de Sócios"), cujo extrato da ata foi devidamente publicado nas edições do dia 18 de maio de 2022 do Diário Oficial do Distrito Federal e do Jornal Diário Comercial nas páginas 74 e B3, respectivamente, e em virtude (i) do decurso do prazo de 90 (noventa) dias contados da data de publicação da Ata de Reunião de Sócios; e (ii) da inexistência de oposição de credores da Sociedade no prazo mencionado no item (i) acima, a sócia decide aprovar a redução do



capital social no valor de R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais), passando dos atuais R\$ 19.969.113,00 (dezenove milhões, novecentos e sessenta e nove mil, cento e treze reais), **totalmente integralizado**, para R\$ 17.969.113,00 (dezessete milhões, novecentos e sessenta e nove mil, cento e treze reais), por considerá-lo excessivo em relação ao objeto social da Sociedade, nos termos do disposto no artigo 1.082, inciso II, da Lei 10.406/02, mediante o cancelamento de 2.000.000 (dois milhões) de quotas representativas do capital social da Sociedade de titularidade da sócia AMG PARTICIPAÇÕES S.A.

1.2. Em decorrência da redução de capital mencionada acima, o capital social, **totalmente subscrito e integralizado**, passa a ser de R\$ 17.969.113,00 (dezessete milhões, novecentos e sessenta e nove mil, cento e treze reais), representando por 17.969.113 (dezessete milhões, novecentos e sessenta e nove mil, cento e treze) quotas, de valor nominal de 1,00 (um real) cada uma, assim distribuídas:

Sócia	Nº Quotas	Valor Em R\$	%
AMG PARTICIPAÇÕES S.A.	17.969.113	17.969.113,00	100,00
Total	17.969.113	17.969.113,00	100,00

1.3. Em decorrência das deliberações acima, resolve a sócia aprovar a alteração do *caput* da Cláusula 5ª do Contrato Social, que passará a vigorar com a seguinte nova redação:

“Cláusula 5ª – O capital social, totalmente subscrito e integralizado, em moeda corrente nacional, é de R\$ 17.969.113,00 (dezessete milhões, novecentos e sessenta e nove mil, cento e treze reais), dividido em 17.969.113 (dezessete milhões, novecentos e sessenta e nove mil, cento e treze), quotas de R\$ 1,00 (um real), cada uma, pelo sócio da seguinte maneira:

Sócia	Nº Quotas	Valor Em R\$	%
AMG PARTICIPAÇÕES S.A.	17.969.113	17.969.113,00	100,00
Total	17.969.113	17.969.113,00	100,00

II. DA CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

2.1. Por fim, decide a sócia reescrever, alterar e consolidar o contrato social da Sociedade, de forma a refletir as alterações acima deliberadas:

“CONTRATO SOCIAL DA



MÓDULO CONSULTORIA E GERÊNCIA PREDIAL LTDA.

CAPÍTULO I – DENOMINAÇÃO, SEDE SOCIAL, OBJETO E PRAZO DE DURAÇÃO E LEI APLICÁVEL

Cláusula 1ª – A sociedade empresária limitada opera sob a denominação de **MÓDULO CONSULTORIA E GERÊNCIA PREDIAL LTDA.**, e utiliza como nome fantasia **ORONA AMG ELEVADORES** (a "Sociedade"). A sociedade rege-se pelas disposições da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (o "Código Civil") e, em suas omissões, pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada.

Cláusula 2ª – A Sociedade tem sede no Setor de Armazenagem e Abastecimento Norte - SAAN, Quadra 2, nº 980, Parte B, SAA, CEP – 70.632-200, Brasília-DF, e, por resolução do sócio representando a maioria do capital social, poderá abrir e extinguir filiais, escritórios, depósitos, agências, representações e outras dependências em qualquer ponto do território nacional ou do exterior.

Parágrafo Único - A sociedade possui as seguintes filiais: **(i)** na Estrada do Engenho D'Água, nº 1330, fração do Box nº 28, bairro Anil, Cidade do Rio de Janeiro, **Estado do Rio de Janeiro**, CEP 22765-240, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.926.726/0002-54; **(ii)** na Travessa Doutor Enéas Pinheiro, nº 1697-A, Bairro: Marco, na Cidade de Belém, **Estado do Pará**, CEP. 66095-105, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.926.726/0004-16 ; **(iii)** na Rua C-188, nº 283, Casa 01, Qd 470, Lt 26, Jardim América, Cidade de Goiânia, **Estado de Goiás**, CEP 74265-310, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.926.726/0003-35; **(iv)** na Rua Clélia, Nº 272, Parte B, Vila Romana, Cidade de São Paulo, **Estado de São Paulo**, CEP 05042-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.926.726/0006-88; **(v)** na Rua Armino Chaves, nº 27, Parte B, Bairro Alto Barroca, Cidade de Belo Horizonte, **Estado de Minas Gerais**, CEP 30431-041, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.926.726/0005-05; **(vi)** na Avenida Djalma Batista, 735, BL –B, LOJA 105, Centro Comercial Casacenter, Bairro Chapada, Cidade de Manaus, **Estado do Amazonas**, CEP 69050-010, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.926.726/0008-40; e **(vii)** na Rua Portugal, nº 417, Parte B, Bairro Higienópolis, Cidade de Porto Alegre, **Estado do Rio Grande do Sul**, CEP 90520-310, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.926.726/0007-69.

Cláusula 3ª – A Sociedade tem por objeto a prestação de serviços e consultoria na área predial, incluindo especificações técnicas, projetos, gerenciamento técnico administrativo, fabricação, montagem, manutenção, modernização, atualização tecnológica de elevadores, escadas e esteiras rolantes e comércio varejista de produtos e componentes eletroeletrônicos, elevadores, escadas e esteiras rolantes, esteiras para bagagem, condicionadores de ar, geradores, telefonia, sistema de



segurança e prevenção de incêndio.

Parágrafo Único - O objeto de fabricação de elevadores, escadas e esteiras rolantes será exercido exclusivamente por meio de sua filial localizada na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Estrada do Engenho D'Água, nº 1330, fração do Box nº 28, bairro Anil, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP 22765-240.

Cláusula 4ª - A sociedade iniciou suas atividades em 01 de setembro de 2003 e seu prazo de duração é por tempo indeterminado.

CAPÍTULO II – CAPITAL SOCIAL

Cláusula 5ª – O capital social, totalmente subscrito e integralizado, em moeda corrente nacional, é de R\$ 17.969.113,00 (dezesete milhões, novecentos e sessenta e nove mil, cento e treze reais), dividido em 17.969.113 (dezesete milhões, novecentas e sessenta e nove mil, cento e treze), quotas de R\$ 1,00 (um real), cada uma, pelo sócio da seguinte maneira:

Sócia	Nº Quotas	Valor Em R\$	%
AMG PARTICIPAÇÕES S.A.	17.969.113	17.969.113,00	100,00
Total	17.969.113	17.969.113,00	100,00

Parágrafo Primeiro – A responsabilidade dos sócios é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital, nos termos do art. 1.052 do Código Civil.

Parágrafo Segundo - A sócia **AMG PARTICIPAÇÕES S.A.** é a única sócia, nos termos dos parágrafos 1º e 2º do artigo 1.052 do Código Civil Brasileiro (redação dada pela Lei nº 13.874 de 20 de setembro de 2019), não se aplica o inciso IV do artigo 1.033 do Código Civil Brasileiro.

Cláusula 6ª - As quotas são indivisíveis em relação à Sociedade e cada uma delas dá direito a 1 (um) voto nas deliberações sociais.

Cláusula 7ª - É vedado a sócia caucionar, ou de qualquer forma onerar suas quotas de capital, no todo ou em parte, salvo em favor dos outros sócios e com a aprovação dos sócios representando a maioria absoluta do capital social.



Cláusula 8ª - As quotas não poderão ser cedidas, transferidas ou alienadas a terceiros e/ou a outro sócio, a qualquer título, total ou parcialmente, sem o consentimento dos sócios representando a maioria absoluta do capital social, respeitado o direito de preferência assegurado aos demais sócios.

CAPÍTULO III - ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE

Cláusula 9ª A administração da Sociedade caberá aos administradores não sócios, (i) **Sr. Luis Bonilla de Toro**, espanhol, engenheiro, solteiro, nascido em 04/04/1985, portador da Carteira de Identidade de Estrangeiro - RNE sob o nº G252192-5, inscrito no CPF/MF sob o nº 238.533.508-52, com endereço comercial no Setor de Armazenagem e Abastecimento Norte - SAAN, Quadra 02, nº 980, Setor D, Asa Norte, CEP: 70.632-200, Brasília, Distrito Federal, como Presidente; (ii) Sr. **Matheus Rangel de Sá**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, técnico em eletrotécnica e mecânica, nascido em 09/12/1979, portador da Cédula de Identidade RG Nº 5.736.165 SSP-GO, inscrito no CPF/MF sob o nº 054.681.827-77, com endereço comercial no Setor de Armazenagem e Abastecimento Norte – SAAN, Quadra 02, nº 980, Parte D, Asa Norte, Brasília, Distrito Federal, CEP: 70.632-200, como Diretor; (iii) Sr. **Javier Cruz Pelegrin**, espanhol, técnico em eletrônico, solteiro, nascido em 21.08.1975, portador da Carteira de Identidade de Estrangeiro - RNM sob o nº G295488-J, inscrito no CPF/MF sob o nº 709.723.981-63, com endereço comercial no Setor de Armazenagem e Abastecimento Norte - SAAN, Quadra 02, nº 980, Parte D, Asa Norte, CEP: 70.632-200, Brasília, Distrito Federal, como Diretor.

Parágrafo Primeiro – Aos Diretores, nos termos dos parágrafos primeiro e segundo desta cláusula, compete: (i) dirigir os negócios da Sociedade com amplos poderes de administração, podendo praticar todos os atos e operações que forem necessários ou convenientes à realização de seus fins, inclusive contratar empregados, nomear agentes, adquirir bens e direitos, transigir, criar filiais, agências, escritórios, fábricas, depósitos e outros estabelecimentos onde convier; (ii) adquirir, a qualquer título, quaisquer bens, sejam móveis ou imóveis; (iii) alienar, de qualquer maneira, bens móveis e imóveis e fazer sobre esses bens quaisquer operações; (iv) receber dinheiro e valores da Sociedade e solver suas obrigações, fazer todas as despesas e guardar seus bens; (v) contratar com bancos e outros estabelecimentos de crédito a abertura de contas de caução, descontos e quaisquer outras contas correntes e de movimento necessárias à Sociedade; (vi) assinar saques, ordens, cheques, duplicatas, emitir notas promissórias, sacar aceitar, endossar letras de câmbio e avalizar qualquer tipo de interesse social; (vii) celebrar quaisquer contratos, inclusive os de fiança, estipulando os direitos e



obrigações que convencionar e assinar os respectivos instrumentos; e (viii) constituir mandatários judiciais e contratar os respectivos honorários.

Parágrafo Segundo – Nenhuma responsabilidade poderá ser criada para a Sociedade, a qualquer título e, bem assim, nenhum ato de disposição de bens poderá ser efetuado, nem qualquer recebimento ou transferência de valores será feito, não tendo nenhuma validade o ato praticado com infração dessa exigência, se a Sociedade não for representada da seguinte forma:

- (a) Isoladamente pelo Presidente ou Vice-Presidente em todo e qualquer ato de gestão;
- (b) Conjuntamente por qualquer 1 (um) Diretor e o Presidente ou Vice-Presidente em todo e qualquer ato de gestão; ou
- (c) isoladamente por qualquer 1 (um) procurador, observado o disposto no Parágrafo Terceiro abaixo.

Parágrafo Terceiro – As procurações outorgadas pela Sociedade serão assinadas isoladamente pelo Presidente ou Vice-Presidente ou conjuntamente por 1 (um) Diretor e o Presidente ou Vice-Presidente, e, além de mencionarem expressamente os poderes conferidos, deverão, com exceção daquelas para fins judiciais, conter um período de validade determinado. Na ausência de validade nas procurações outorgadas pela Sociedade, presumir-se-á que as mesmas foram outorgadas pelo prazo de 1 (um) ano.

Parágrafo Quarto – O mandato dos Diretores será por prazo indeterminado, e sua remuneração será fixada por acordo entre os sócios e levadas à conta de despesas gerais.

Parágrafo Quinto – O cargo de Vice-Presidente ficará vago até a próxima eleição.

Cláusula 10 - São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes em relação à Sociedade, os atos de qualquer do sócio, Diretores, procuradores ou funcionários que a envolverem em obrigações relativas a negócios ou operações estranhas aos objetivos sociais, tais como: fianças, avais, endossos ou quaisquer outras garantias de terceiros.

Parágrafo Único - A vedação contida na Cláusula 10, caput, não se aplica caso a operação seja previamente aprovada pelos sócios que representem a maioria absoluta do capital social.



Cláusula 11 - A Sociedade não terá conselho fiscal.

CAPÍTULO IV - REUNIÕES DE SÓCIOS E DELIBERAÇÕES

Cláusula 12 - O sócio, ordinariamente, ao menos 1 (uma) vez ao ano, durante os 4 (quatro) meses seguintes ao encerramento do exercício social, para o fim de (i) apreciar as contas apresentadas pela administração da Sociedade e deliberar sobre as demonstrações financeiras desta última, levantadas na forma da lei e deste Contrato Social; e (ii) determinar a remuneração a ser paga ao(s) administrador(es) da Sociedade; e, extraordinariamente, sempre que o interesse da Sociedade assim exigir.

Parágrafo 1º - A convocação para a reuniões de sócios serão realizadas pelo administrador da Sociedade, mediante comunicação escrita, enviada com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência.

Parágrafo 2º - As reuniões serão instaladas com a presença de sócio que represente a maioria do capital social. Por maioria entre os presentes será eleito o presidente, o qual designará outro entre os presentes para secretariar os trabalhos.

Parágrafo 3º - Dependem de aprovação escrita da sócia, previamente autorizado por seu conselho de administração ou assembleia geral, as seguintes matérias:

- (a) aquisição, alienação ou oneração de bens móveis e imóveis ou direitos da Sociedade;
- (b) outorga de garantias de obrigações;
- (c) gerar novas obrigações por fornecedor, consideradas de forma individual, que superem o limite mensal de R\$250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) e, de maneira consolidada, entre todos os fornecedores, que superem o valor de R\$2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais), com exceção se a forem realizadas entre empresas do Grupo Orona e para pagamento de impostos, despesas aduaneiras, outras obrigações tributárias e depósito judicial de qualquer natureza;
- (d) transação ou qualquer ação estranha ao curso regular dos negócios da Sociedade;



- (e) operação de natureza financeira que resulte em endividamento da Sociedade, perante instituição financeira ou semelhante ou particular, excepcionadas em relação a este item as obrigações contraídas com empresas do Grupo Econômico e Societário Orona;
- (f) contratação de empregados ou colaboradores, sempre que a remuneração líquida do beneficiário que seja superior a quantia equivalente a 30% (trinta por cento) da maior remuneração do quadro de funcionários da Companhia;
- (g) aprovar o aumento de salários de empregados ou retribuição de colaboradores que seja superior a quantia equivalente a 30% (trinta por cento) em relação ao salário anterior; e
- (h) alteração do Contrato Social da Sociedade;
- (i) aumento ou redução de capital social da Sociedade;
- (j) fusão, incorporação, cisão e dissolução da Sociedade; e
- (k) pedido de autofalência ou recuperação judicial de empresa, ou qualquer outra forma de liquidação da Sociedade.

Cláusula 13 - Na hipótese de as deliberações adotadas nas reuniões importarem a produção de efeitos sobre as relações entre a Sociedade e quaisquer terceiros, incluindo os poderes públicos, em qualquer de suas instâncias, ou alterarem o presente Contrato Social, deverão as respectivas atas ou instrumentos de alteração, conforme o caso, ser levados a registro no órgão competente, no prazo e na forma da lei.

CAPÍTULO V – DA CONTINUAÇÃO DA SOCIEDADE

Cláusula 14 - A retirada ou a insolvência de qualquer do sócio não dissolverá a Sociedade, a menos que este resolva liquidá-la. Os haveres do sócio retirante ou insolvente serão calculados com base no último balanço levantado pela Sociedade e serão pagos a ele, ou a seus sucessores, conforme o caso, no prazo de 6 (seis) meses, contados da data de ocorrência do evento.

CAPÍTULO VI – EXERCÍCIO SOCIAL, BALANÇO E LUCROS



Cláusula 15 - O exercício social coincide com o ano civil e encerra no dia 31 de dezembro de cada ano, ocasião em que serão levantadas as demonstrações financeiras do exercício, em conformidade com as disposições legais vigentes. Os lucros ou prejuízos verificados serão atribuídos ao sócio.

Cláusula 16 - Os lucros líquidos apurados, por decisão do sócio representando a maioria absoluta do capital social, poderão ser: (i) distribuídos aos sócios na proporção das respectivas participações no capital social ou em outra proporção que for deliberada em reunião de sócios; ou ainda (ii) retidos, total ou parcialmente, em conta de lucros em suspenso ou de reservas, ou capitalizados.

Parágrafo Único - A critério do sócio representando a maioria absoluta do capital social, a Sociedade poderá, em qualquer periodicidade, levantar balanços intermediários, intercalares e/ou extraordinários para fins contábeis, ou para distribuição de lucros.

CAPÍTULO VII – DISSOLUÇÃO, LIQUIDAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DA SOCIEDADE

Cláusula 17 - A Sociedade será dissolvida nos casos previstos em lei, por deliberação do sócio que representem 3/4 (três quartos) do capital social.

Cláusula 18 - Em caso de liquidação, o sócio representando a maioria absoluta do capital social nomeará um liquidante a fim de que este proceda na conformidade das leis vigentes.

Cláusula 19 - Por decisão de sócios representando 3/4 (três quartos) do capital social, a Sociedade poderá ser objeto de processo de transformação em outro tipo societário, incorporação, cisão ou fusão. Em caso de transformação em sociedade por ações, os sócios desde logo renunciam ao direito de retirada previsto em lei.

CAPÍTULO VIII - DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 20 - Os casos omissos serão regulados pelas disposições do Código Civil aplicáveis às sociedades limitadas e, aplicam-se, em caráter supletivo na omissão também destas últimas, as regras relativas às Sociedades Anônimas (Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e, suas alterações posteriores.

Cláusula 21 - Os administradores declaram, sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercerem a administração da sociedade, por lei especial ou em virtude criminal, ou por se



encontrarem sob os efeitos dela a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, nem foram condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou ainda crimes contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade.

Cláusula 22 - Fica eleito o foro da Comarca de Brasília, Distrito Federal para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do presente Contrato Social, seja nas relações entre os sócios ou entre estes e a Sociedade.”

E, assim, por estarem justas e Contratadas, as partes assinam o presente instrumento em via única digital.

Brasília-DF, 18 de agosto de 2022

AMG PARTICIPAÇÕES S.A.

p. Luis Bonilla de Toro



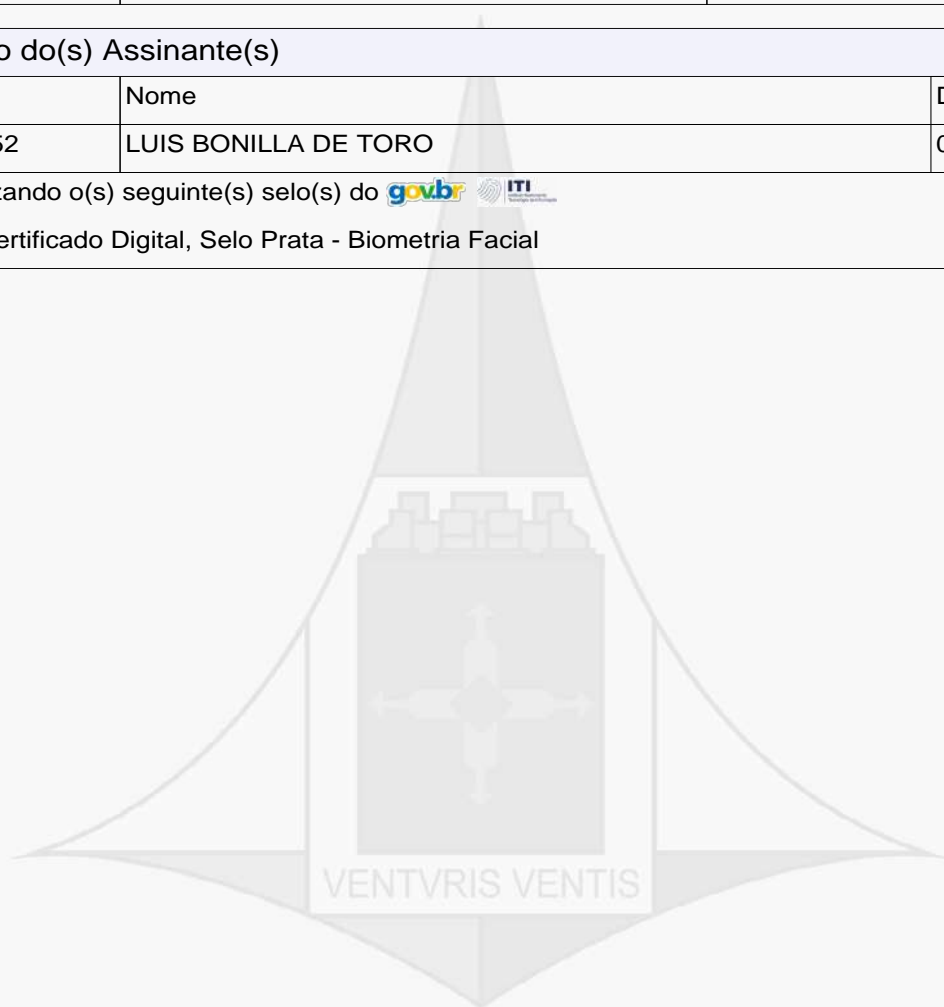
JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO
DISTRITO FEDERAL

Registro Digital

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
22/104.846-4	DFN2296780095	30/08/2022

Identificação do(s) Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
238.533.508-52	LUIS BONILLA DE TORO	05/09/2022
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do  		
Selo Ouro - Certificado Digital, Selo Prata - Biometria Facial		



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal

Certifico registro sob o nº 1891827 em 05/09/2022 da Empresa MODULO CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA, CNPJ 05926726000173 e protocolo DFN2296780095 - 31/08/2022. Autenticação: 4681F9685FB61F6BDCEB6D1838D3F951265285. Maxmiliam Patriota Carneiro - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucis.df.gov.br> e informe nº do protocolo 22/104.846-4 e o código de segurança PcSI. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 05/09/2022 por Maxmiliam Patriota Carneiro Secretário-Geral.



TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa MODULO CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA, de CNPJ 05.926.726/0001-73 e protocolado sob o número 22/104.846-4 em 31/08/2022, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 1891827, em 05/09/2022. O ato foi deferido eletronicamente pelo examinador MARIA APARECIDA CYPRIANO BARBOSA.

Certifica o registro, o Secretário-Geral, Maxmiliam Patriota Carneiro. Para sua validação, deverá ser acessado o sitio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (<https://portalservicos.jucis.df.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf>) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
238.533.508-52	LUIS BONILLA DE TORO	05/09/2022
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do  		
Selo Ouro - Certificado Digital, Selo Prata - Biometria Facial		

Documento Principal

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
238.533.508-52	LUIS BONILLA DE TORO	05/09/2022
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do  		
Selo Ouro - Certificado Digital, Selo Prata - Biometria Facial		

Data de início dos efeitos do registro (art. 36, Lei 8.934/1994): 18/08/2022



Documento assinado eletronicamente por MARIA APARECIDA CYPRIANO BARBOSA, Servidor(a) Público(a), em 05/09/2022, às 14:48.



A autenticidade desse documento pode ser conferida no [portal de serviços da jucisdf](http://portal.de.servicos.da.jucisdf) informando o número do protocolo 22/104.846-4.

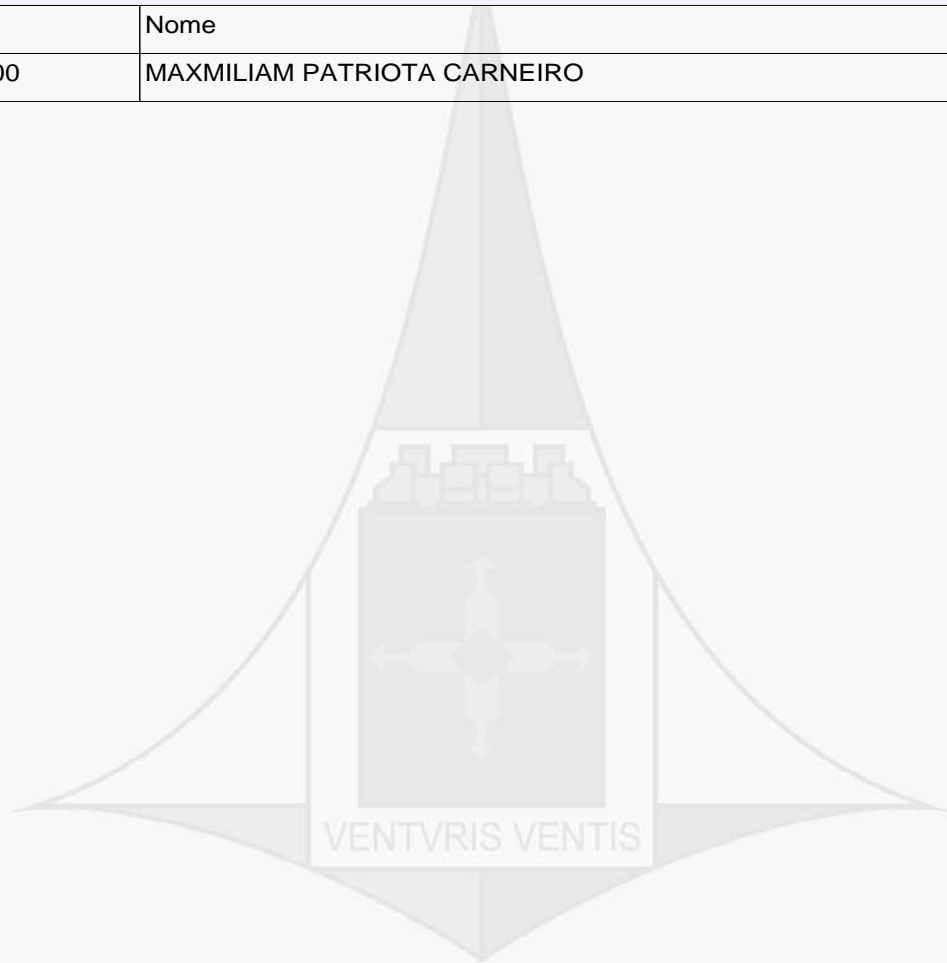


JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO
DISTRITO FEDERAL

Registro Digital

O ato foi assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
702.261.211-00	MAXMILIAM PATRIOTA CARNEIRO



Brasília. segunda-feira, 05 de setembro de 2022



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal

Certifico registro sob o nº 1891827 em 05/09/2022 da Empresa MODULO CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA, CNPJ 05926726000173 e protocolo DFN2296780095 - 31/08/2022. Autenticação: 4681F9685FB61F6BDCEB6D1838D3F951265285. Maxmiliam Patriota Carneiro - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucis.df.gov.br> e informe nº do protocolo 22/104.846-4 e o código de segurança PcSI. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 05/09/2022 por Maxmiliam Patriota Carneiro Secretário-Geral.